Ata da 8ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao 2º Período da 3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura, realizada no dia 22 de setembro de 2015. _____

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, **sob a Presidência do Vereador Júlio César Ferrare Cecotti**, realizou-se a Oitava Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–ES, referente ao Segundo Período da Terceira Sessão Legislativa da Sétima Legislatura, com início às quatorze horas e vinte minutos, ocasião em que foi constatada a ausência do Vereador Leonardo Pacheco Pontes. / **Rodrigo Pereira Costa (Secretário):** — Registra que o Vereador Leonardo Pacheco Pontes não está presente na sessão devido ao nascimento do seu filho. / Na abertura dos trabalhos, o Edil Ely Escarpini fez a leitura da passagem bíblica. / Logo após, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa,** que se constou do seguinte: **Indicações:** 1763, 1764, 1765 e 1775/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti; 1766/2015 – Osmar da Silva; 1767, 1771, 1788, 1789, 1790 e 1791/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 1768 e 1769/2015 – Brás Zagotto; 1770 e 1798/2015 – Lucas Moulais; 1772, 1773 e 1774/2015 – Carlos Renato Lino; 1776, 1777 e 1799/2015 – Luis Guimarães de Oliveira; 1778, 1779, 1780, 1781, 1782, 1783, 1784 e 1785/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues; 1786 e 1787/2015 – Delandi Pereira Macedo; 1792, 1793, 1794, 1795, 1796 e 1797/2015 – Rodrigo Pereira Costa. **Requerimentos:** 1527, 1528, 1529, 1530, 1531, 1532, 1533, 1534, 1535, 1536, 1558, 1559, 1560, 1561, 1562, 1563, 1564, 1570, 1571, 1572, 1573, 1574, 1575, 1576, 1577, 1578, 1579, 1580, 1581, 1582, 1584, 1585, 1586, 1587, 1588 e 1589/2015 – Delandi Pereira Macedo; 1537, 1538, 1539, 1540, 1541, 1542, 1543, 1544, 1545, 1546, 1547, 1548, 1549, 1550, 1551, 1552, 1554, 1556, 1590, 1591 e 1595/2015 – Lucas Moulais; 1553, 1555, 1557 e 1569/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 1565, 1566, 1567, 1568, 1592, 1593 e 1596/2015 – Alexandre Valdo Maitan. **Ofícios:** 27/2015 – PSDB – Silvania Ribeiro Cardoso Silveira – Executiva Municipal; 2566/2015 – PMCI – Maurício Luiz Daltio – Secretário Municipal da Fazenda; 2568/2015 – PMCI – Cristiane Resende Fagundes Paris – Secretária Municipal de Educação; 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589 e 2590/2015 – PMCI – Umberto Batista da Silva Júnior – Coordenador Executivo de Relações Políticas; 2577/2015 – APAC – Valério Raymundo – Presidente do Conselho Deliberativo; 2591/2015 – IPACI – Geraldo Alves Henrique – Presidente Executivo. **Projetos de Lei:** 200, 202, 203, 204, 205 e 206/2015 – David Alberto Lóss; 201/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 207/2015 – Delandi Pereira Macedo; 208/2015 – José Carlos Amaral. **Projetos de Decreto Legislativo:** 323/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 324/2015 – Carlos Renato Lino; 325/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 326 e 334/2015 – David Alberto Lóss; 327/2015 – Alexandre Andreza Macedo; 328, 329 e 330/2015 – Ely Escarpini; 331, 332 e 333/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues; 335/2015

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – E-mail: cmci@cmci.es.gov.br

– José Carlos Amaral. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Passa a palavra ao Sr. Francisco Boturão que, no tempo cedido pelo Vereador Elias de Souza, discorrerá sobre uma condenação do prefeito que foi anulada. / **Francisco Jose Boturão Ferreira:** — Inicia justificando que veio a esta Casa a pedido do prefeito para explicar que aquela condenação criminal, a qual ensejou um pedido de abertura de CEI, foi anulada e o processo voltou ao momento de apresentação de alegações finais. Explica que, portanto, quanto àquilo que levava o prefeito a ter qualquer tipo de problema criminal, sua defesa conseguiu mostrar que houve uma aplicação inexata do direito ao caso. Acrescenta que, dos quatro artigos apresentados pela denúncia do Ministério Público, permaneceu apenas o 90 da Lei 8.666, enquanto que em todos os outros o prefeito já se encontra absolvido de formação de quadrilha, de burla à licitação e de apresentação de documento ilícito. Frisa que permanece apenas um contrato que não causou dispêndio de valores por parte dos cofres municipais e, mesmo assim, essa condenação do artigo 90 da Lei 8.666 foi anulada, por decisão unânime da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça. Encerra colocando-se à disposição para responder algum questionamento eventual. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Cita que o advogado mencionou que alguns fatos denunciados foram nulos; outros, não. / **Francisco José Boturão Ferreira:** — Esclarece que a denúncia apresentava quatro eventuais cometimentos de crimes e que em três deles o prefeito foi absolvido, tendo sofrido uma condenação, que foi anulada pela própria Câmara que o condenou, a qual determinou o retorno dos autos para apresentação das alegações finais. / **Alexandre Valdo Maitan:** — Salienta que isso quer dizer que o prefeito poderá ser condenado novamente, porque o processo se reiniciará. / **Francisco José Boturão Ferreira:** — Explica que serão somente as alegações finais. / **David Alberto Lóss:** — Frisa que, como advogado que é, considera importante para a categoria que um colega de profissão consiga uma vitória numa instância superior, razão pela qual cumprimenta o Dr. Francisco pelo trabalho realizado e destaca sentir-se muito à vontade por naquela oportunidade não ter votado a favor do afastamento do prefeito. / **Francisco José Boturão Ferreira:** — Agradece e estende os cumprimentos ao Dr. Marthony, destacando que ele o ajudou substancialmente aqui em Cachoeiro. / **Delandi Pereira Macedo:** — Faz coro com as palavras do Vereador David, cumprimentando os Drs. Francisco e Marthony e também o prefeito por ter se saído bem, já que não foi à frente o julgamento contra a pessoa dele. Salienta que isso traz tranquilidade para esta Casa e para o Município de Cachoeiro de Itapemirim. / **Francisco José Boturão Ferreira:** — Dá destaque ao reconhecimento por parte do Tribunal de Justiça de que não houve nenhum recurso aplicado ilegalmente nesse contrato que ainda se encontra “sub judice”, o que leva a crer que haverá também nele a absolvição. Ressalta que é importante que esta Casa de Leis tenha o conhecimento de que todos os recursos relativos a esses contratos foram suspensos e não houve nenhum pagamento sequer à Empresa Impacto. / **Elias de Souza:** — Concorda com as palavras proferidas pelos Vereadores David e Delandi, enfatizando que o direito é uma matéria espetacular, pois muitas vezes a Justiça condena de forma injusta, mas, com o trabalho dos advogados, é possível alcançar a absolvição de quem não devia ser condenado. Recorda que esta Casa agiu de forma correta ao não acatar o pedido de afastamento do prefeito. Classifica como extremamente importante a vinda do Dr. Francisco a esta Casa, visto que, anteriormente, não fez a defesa do prefeito da tribuna, deixando que a decisão fosse tomada de

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – E-mail: cmci@cmci.es.gov.br

acordo com a consciência de cada parlamentar. Finaliza externando, como líder do prefeito que é, todo o seu agradecimento pela defesa brilhante feita em favor do chefe do Poder Executivo. / **Francisco José Boturão Ferreira:** — Agradece novamente as palavras de reconhecimento quanto ao trabalho profissional, acrescentando que ele e a equipe até agora só buscaram a justiça para que ela fosse feita com maior clareza. Frisa que, de toda a sorte, o corpo de advogados do prefeito agradece e espera que neste momento também este esclarecimento chegue até o povo de Cachoeiro de Itapemirim. Ressalta que "in dubio Pro Reo", ou seja, se não houve condenação até agora, o prefeito é inocente. / **Ely Escarpini:** — Registra que essa comunicação o deixou bem à vontade, porque, quando votaram a favor do prefeito, rejeitando o seu afastamento, os vereadores foram muito criticados e afrontados nas ruas e pela mídia. Lembra que sua resposta foi que seu voto fora dado com responsabilidade, pois conhecia o prefeito. Salienta que o corpo de advogados foi o canal para reafirmar a idoneidade do Prefeito Casteglione. Conta que há pouco tempo perguntou ao ex-prefeito Valadão, que também foi absolvido, quem limparia o monte de lama lançado sobre ele, sendo que a resposta foi que, infelizmente, o Ministério Público faz esse tipo de coisa, deixando o homem público sem ter como se defender. Frisa que mesmo com a absolvição o ex-prefeito saiu como se fosse um ladrão, sendo que o considera um dos homens mais sérios da política cachoeirense. Finaliza dizendo esperar que a cidade venha a saber da capacidade e da integridade do Prefeito Casteglione. / **Fabrício Ferreira Soares:** — Cita que ontem mesmo foi criticado na rua por ter votado contra o afastamento do prefeito e que inclusive em sua fan page uma amiga disse-lhe que não votará mais nele por conta disso. Analisa que a população confunde muito a questão de popularidade, política e rivalidade com o trabalho do vereador nesta Casa de Leis. Frisa que a Câmara, nas duas possibilidades de abrir aqui condenação, no caso do Vereador Luis Guimarães de Oliveira e do prefeito, agiu com maturidade, tendo em vista que vale o resultado final, prevalecendo-se o entendimento de que primeiro é a Justiça que deve condenar. Recorda que se tratava do primeiro mandato do atual prefeito e que foi feito um rebuliço na Câmara, gerando-se um desgaste muito grande para quem optou por votar pelo não afastamento. Pontua que é muito mais fácil votar pelo afastamento, pois punir politicamente, mesmo sem medida, faz com que se pareça justiceiro e a favor do povo. Conclui que isso reforça o fato de a Câmara ter que agir com maturidade nos próximos processos políticos que vierem para cá, entendendo que os vereadores são legisladores e fiscalizadores, não juízes nem promotores a quem cabe julgar. Diz que a Casa precisa aguardar mais pareceres da Justiça e só quando houver uma condenação efetivada aprovar o afastamento para não prejudicar as investigações. Destaca que esses dois processos serviram para que a Câmara percebesse que não pode resolver essas situações na canetada, pois, caso abrissem a investigação contra o prefeito, ele já tomaria cento e oitenta dias de afastamento. Indaga que punição seria essa e conclui que não estariam fiscalizando e julgando o prefeito, e sim o afastando de imediato. Questiona que poder é esse e afirma que isso precisa ser revisto, já que essa é uma esfera política, e não jurídica. Diz estar aprendendo muito com as intempéries que ocorrem no Poder Legislativo e parabeniza o advogado, pois acompanha esse processo desde 2009. Destaca que o prefeito foi processado, porque não deu continuidade ao contrato de serviço que era prestado pela Empresa Impacto. Encerra lembrando que a empresa prestou serviço ao governo anterior e o ex-prefeito não foi

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – E-mail: cmci@cmci.es.gov.br

condenado. / **Francisco José Boturão Ferreira:** — Diz que tem grande respeito por esta Casa de Leis, porque, mesmo diante da condenação, que agora foi anulada, ela não afastou o prefeito. Frisa que, se a Câmara tivesse afastado o prefeito, seria um plus na decisão judicial, sendo aplicada uma pena maior do que aquela que lhe fora indevidamente imputada e, agora, anulada. Segue dizendo que, embora condenado, o prefeito foi mantido no cargo pela Justiça e que seus advogados conseguiram mostrar aos desembargadores que a condenação não fora feita com base em elementos jurídicos suficientes. Enaltece o trabalho da Câmara, porque o papel dela é discutir esse assunto e tomar as deliberações mais corretas, seguindo a posição do Tribunal de Justiça. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Recorda que o Dr. Boturão esteve presente na votação do pedido para o afastamento do prefeito e teve a oportunidade de manifestar a sua confiança de que a decisão da Justiça seria revertida. Repete a citação feita pelo Vereador Ely quanto ao afastamento do ex-prefeito Valadão de seu cargo no último mês de mandato, com a presença da Polícia Federal, ocasião em que foi feito todo um espetáculo, sendo que, ao final, a Justiça o absolveu. Indaga como todo o dano causado à imagem do ex-prefeito Valadão pode ser reparado, já que a imprensa não deu o mesmo destaque a sua absolvição. Ressalta que a Justiça, mesmo com todo o aparato que possui, pode se equivocar. Questiona como ficariam os vereadores se tivessem votado a favor da abertura da comissão processante. Cita que foi afrontado por não ter votado a favor da abertura da comissão processante contra o prefeito e explica que se posicionou dessa forma, porque o processo ainda estava em grau de recurso na Justiça. Afirma ter o sentimento do dever cumprido e de ter seguido a sua consciência, porque o político não pode ter medo de pressão popular, e sim deve respeitar a opinião pública, que, muitas vezes, não detém todos os elementos necessários para fazer o julgamento correto. Parabeniza o Dr. Boturão e sua equipe pelo êxito nesse processo, mesmo sabendo que haverá outro julgamento para que seja proferida uma nova decisão, talvez, condenatória devido a diferentes elementos. / **Francisco José Boturão Ferreira:** — Agradece pelas palavras e lembra que o Dr. Marthony foi fundamental nesse procedimento que ainda está sendo travado. / **José Carlos Amaral:** — Diz que admira quando o advogado tem um bom estagiário. Frisa que tem que parabenizar, pois essa é a função do advogado, ou seja, perceber o erro do estagiário que, na hora de imprimir a sentença, copiou outra de mesmo teor. Ressalta que foi nesse ponto que o advogado pegou o furo deixado pela justiça. Enfatiza ter admiração quando o advogado é sábio para pegar esses pontos, assim como o político. Pontua que o Dr. Boturão observou que o documento foi redigido de forma errada e, por conta disso, conseguiu o cancelamento da ação. Indaga se o estagiário é um bom amigo do advogado. / **Francisco José Boturão Ferreira:** — Manifesta seu respeito pelo Vereador Amaral, mas contradiz as palavras proferidas por ele, deixando claro que não se tratou de estagiário, pois nesse nível não é possível saber discutir "Culpa In Vigilando" nem negligência. Explica que ele e o Dr. Marthony estavam presentes na sessão quando foi lido o acórdão condenatório e observaram que os fundamentos citados pelo desembargador foram com relação a uma modalidade de culpa por negligência que é aplicável nas ações de improbidade administrativa. Acrescenta que, terminada a referida leitura, eles identificaram que a culpa não é aplicável a crimes dolosos e que a penalidade tinha origem na intenção de lesar e na obtenção de vantagem pessoal, o que está previsto em artigo da Lei 8.666. Ressalta terem percebido que essa culpa foi em

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – E-mail: cmci@cmci.es.gov.br

decorrência de análise de um processo civil, e não criminal, em um julgamento feito pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Destaca que a discussão de dolo eventual, de dolo próprio e de culpa, com características de negligência, caberia a advogados que defendem os direitos das pessoas. Conclui que, para adentrar no mérito de culpa e de dolo, é preciso ter cinco anos de faculdade e mais vários anos de exercício de profissão. / **José Carlos Amaral:** — Responde que muitos têm a faculdade da vida para acompanhar os processos. Repete que o Dr. Boturão foi sábio e conseguiu reverter a sentença, mas que o futuro dirá a verdade. / **Francisco José Boturão Ferreira:** — Concorda que o futuro dirá a verdade. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Esclarece que votou a favor da abertura da comissão processante de acordo com a sua convicção e com o objetivo de ver a situação averiguada. Afirma que nunca pensou em votar pelo afastamento nem pela cassação do prefeito. Lembra que foi um dos poucos vereadores que votaram contra a cassação do prefeito em 2009, mesmo sabendo que poderia ser expulso do seu partido por aquela posição. Observa que não vota a favor de nada em que não acredite. Segue discorrendo sobre a situação parecida que enfrentou e frisa que, mesmo sem ter sido condenado, foi julgado por esta Casa e afastado do cargo de vereador antes da conclusão do processo. Comenta que fica feliz ao ver o prefeito ser absolvido pelo Tribunal de Justiça, que, concluindo o processo, viu que não houve nada de errado. Acrescenta que isso é bom para Cachoeiro e também para moradores da cidade. Ressalta que a obrigação desta Casa é fiscalizar o Executivo e diz que fará isso até o final do seu mandato, independente de quem estiver no poder, seja o Prefeito Casteglione ou qualquer outro. Deixa claro que é do Partido Democratas, mas que não é inimigo do atual prefeito, já tendo fiscalizado até mesmo o Ferraço, cumprindo a sua obrigação de vereador. Parabeniza os Drs. Boturão e Marthony, repetindo que é bom saber que a pessoa foi absolvida de um crime que não cometeu. Afirma que torce para que Cachoeiro dê certo e que fica triste ao ouvir certas falas, pois parece que alguns vereadores são as coisas ruins desta Casa de Leis. / **Francisco José Boturão Ferreira:** — Agradece os elogios, diz que entende a discussão travada aqui, sabe que os integrantes desta Casa votaram de acordo com suas convicções pessoais e que, portanto, não há nada que possa denegrir a imagem dos vereadores favoráveis nem dos contrários à instauração da comissão processante. Destaca que a Câmara estaria se excedendo se afastasse o prefeito, pois tal decisão não foi tomada por parte da Justiça. Frisa que o prefeito solicitou-lhe que viesse à Câmara prestar esclarecimentos a todos os vereadores, tanto aos que votaram a favor quanto aos que votaram contra a abertura da comissão. / **Osmar da Silva:** — Diz que é muito bom, no decorrer de um processo ou no final dele, a justiça confirmar que a pessoa tomou a decisão correta. Classifica o voto político como uma desgraça, porque quem vota dessa forma, muitas vezes, não analisa o processo e, no final, pode perceber que cometeu um grande erro. Declara que seria uma covardia votar pelo afastamento do prefeito, conforme fizeram com Valadão, inclusive diz que a imprensa não publicou que o ex-prefeito não havia feito nada de errado, o que o prejudicou demais. Conclui que os vereadores precisam ter responsabilidade e sabedoria ao votarem esse tipo de processo. / **Wilson Dillem dos Santos:** — Manifesta a sua alegria pela postura e pelo respeito que o Dr. Boturão mostrou para com esta Casa. Destaca que o advogado falou sobre o voto consciente dado pelos vereadores e o respeito que tem quanto à decisão deste Poder. Lembra que, na época em que foi ventilada a possibilidade de o prefeito ser

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – E-mail: cmci@cmci.es.gov.br

afastado, usou a tribuna e disse não ver a necessidade de tal procedimento, já que o processo estava tramitando em segunda instância, próximo da decisão final. Frisa que a decisão da Câmara Municipal foi sábia e que, embora os vereadores tenham o poder de fiscalizar, defender e acusar, aquele não era o momento desta Casa se meter no processo. Cita os exemplos do ex-vereador Fabio Glória e do ex-prefeito Valadão, ambos afastados pela Câmara e, depois, reconduzidos a seus cargos pela Justiça. Ressalta que a decisão do Tribunal fez justiça em relação ao atual prefeito de Cachoeiro e também à Câmara Municipal. Encerra parabenizando os advogados Boturão e Marthony pelo trabalho que fizeram. / **Francisco José Boturão Ferreira:** — Agradece as palavras e se diz satisfeito com a conduta da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, que discutiu e votou o processo, conforme é natural na democracia. / **Carlos Renato Lino (Presidente em exercício):** — Agradece as presenças dos Drs. Boturão e Marthony e diz que a Câmara está sempre à disposição. / **Francisco José Boturão Ferreira:** — Agradece a atenção dos vereadores e enaltece o trabalho de todos os integrantes desta Casa de Leis. / **Rodrigo Pereira Costa (Secretário):** — Procede a leitura de telegrama, justificando a ausência do Senador Magno Malta na audiência pública do dia 16/09 e também na de 23/09/2015, devido a compromissos assumidos anteriormente. / Na sequência, passamos ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **David Alberto Lóss:** — Inicia convidando a todos para a audiência pública da próxima quarta-feira, às 18:00 horas, ocasião em que serão discutidos o Plano Rodoviário Distrital e os limites. Frisa que a metade da comunidade de Jacu deveria pertencer a Pacotuba e a outra a Burarama, mas a vontade dos moradores é que a mesma pertença só a Burarama; então, o projeto está fazendo essas correções. Destaca que o projeto também faz o mapeamento do Distrito da Gruta que não tem perímetro urbano e salienta que a audiência pública vai servir para aclarar o que se pretende com esse Plano Rodoviário Distrital, evitando que os vereadores votem no escuro. / **Aparteando Alexandre Valdo Maitan:** — Questiona se, com a criação da zona urbana do Distrito da Gruta, o Poder Executivo será autorizado a cobrar IPTU dos moradores daquele local, que já pagam o ITR. / **David Alberto Lóss:** — Responde que essa questão precisa ser levantada. Segue adiantando que já está na Casa, com parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o projeto do REFIM V, que será votado no dia 29/09 para ser viabilizado no mês de outubro. Destaca que muitas pessoas não pagam suas dívidas, porque não podem, e o REFIM traz uma série de vantagens para esses devedores. Pede que as demais comissões analisem o citado projeto e diz que achou a proposta muito boa. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Lembra que pessoas que não dispõem desses benefícios no Município vão a protesto, não conseguem pagar suas dívidas e acabam tendo seus bens confiscados. / **David Alberto Lóss:** — Estima que cerca de 10% das pessoas fazem isso. Esclarece que o projeto cobra apenas o valor devido, retirando 100% dos juros. Ressalta que a procuradoria fica preocupada com a renúncia fiscal, mas que, na sua análise, o número de pessoas que vão pagar seus débitos será grande, sendo que a prefeitura está precisando de dinheiro. Finaliza ressaltando que mais importante ainda será o fato de as pessoas poderem regularizar suas empresas. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Começa parabenizando o Vereador Delandi e sua esposa Débora Macedo pela passagem do Dia do Radialista e destaca o trabalho importante que essa categoria presta, levando informação e entretenimento para as pessoas. Diz que apresentou

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – E-mail: cmci@cmci.es.gov.br

um projeto dispondo sobre a isenção das taxas de concurso público para os doadores de medula óssea e de sangue. Alerta que é preciso intensificar o trabalho para que mais pessoas sejam doadoras de medula óssea, lembrando da grande dificuldade que há na Região Sul do Estado para um portador de leucemia ter êxito em seu tratamento, porque, segundo estudos, a chance de encontrar um doador compatível é de um a cada cem mil. Segue dizendo que é difícil tornar-se um doador de medula óssea no Sul do Estado, porque não há aqui um local para essa finalidade. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Parabeniza o Vereador Rodrigo pela ênfase dada a esse assunto e recorda que há dois anos o irmão de um amigo necessitava de transplante de medula óssea, ocasião em que foi feita uma mobilização, trazendo-se uma equipe de Vitória para cadastrar as pessoas interessadas em doar. Conta que, na época, fez, na São Camilo, o seu cadastro como doador e que está no banco de dados para qualquer pessoa que necessite de doação. Afirma que o trabalho de divulgação é muito importante para despertar o sentimento de as pessoas se tornarem doadoras de medula óssea e que também é preciso disponibilizar mecanismos para facilitar a doação. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Finaliza ressaltando que é seu desejo ver esse projeto, concedendo isenção de taxas de concurso público, provocar as pessoas a se tornarem doadoras de medula para ajudar os que sofrem com a leucemia. / **Delandi Pereira Macedo:** — Inicia dizendo que indicou à prefeitura a necessidade de proceder reparo no semáforo da Avenida Aristides Campos, próximo à Cooperativa Selita, pois o mesmo não está funcionando adequadamente. Registra que fez outra indicação, pedindo ao prefeito a manutenção geral no ar condicionado da capela mortuária do Bairro Coronel Borges, que está em péssimas condições. Informa que solicitou a liberação do plenário desta Casa, para próxima quinta-feira, às 18:30 horas, quando será realizada uma homenagem aos radialistas, inclusive agradece ao Vereador Rodrigo por ter feito menção ao dia dessa categoria e por ter lhe parabenizado pela passagem dessa data. Salienta que é radialista há vinte e seis anos e meio e só não trabalha na rádio aos sábados, sendo que cada dia parece ser uma novidade para ele. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Registra que é grande o seu apreço pelos radialistas sérios, mas não por aquele que é comprador de rádio e "propinador". Lembra que há radialistas oportunistas, que vivem em cima da desgraça dos outros, usando-a para crescer na briga. Frisa que a Câmara deve fazer sessão para homenagear os radialistas sérios, mas chamar o camburão para levar os pelegos e os desonestos no dia em que vierem aqui. / **Delandi Pereira Macedo:** — Convida a todos os vereadores para estarem na Câmara, no dia 24/09/2015, participando do momento especial com os radialistas. Segue informando que deu entrada em projeto de lei que dispõe sobre o direito a meia entrada para radialistas e jornalistas nas competições esportivas, cinema, teatro, shows e outros eventos culturais exibidos nas salas e casas de espetáculos da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, destacando que já existe lei no Estado nesse sentido. Como justificativa para apresentação do projeto, pontua que os radialistas e os jornalistas normalmente fazem a promoção desses tipos de evento cultural. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Registra que, de acordo com a Lei Federal 11.327 e a Lei Municipal 6.296, publicada no Diário Oficial nº 3506, de 19/10/2009, o Dia do Radialista é comemorado em 07/11. / **Delandi Pereira Macedo:** — Informa ter conhecimento disso, mas, por 21/09 ser o Dia do Rádio, essa data ficou gravada para os antigos radialistas. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Constata ser essa a primeira vez na história

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – E-mail: cmci@cmci.es.gov.br

que os antigos estão sendo prestigiados. / **Delandi Pereira Macedo:** — Destaca que todo o Brasil comemorou o dia 21/09 com os radialistas das antigas. Encerra pedindo aos vereadores que, quando da apreciação do projeto, possam votar a favor, ajudando os radialistas e jornalistas. / **Wilson Dillem dos Santos:** — Manifesta a sua alegria por ter participado da solenidade comemorativa à Semana Nacional do Trânsito, lembrando que a Secretaria Municipal de Trânsito, o Ciretran e o Detran colaboraram em um projeto dos mais importantes, com foco na conscientização dos motoristas e de toda a população. Salienta que o Estado não faz em Cachoeiro nenhuma promoção nem trabalho para a conscientização dos motoristas. Frisa que o Secretário em exercício, o Márcio, e o titular, que é o Rodrigues, estiveram presentes na solenidade, a qual foi coordenada por Paulo Bento, que escolheu para serem certificadas algumas pessoas gabaritadas da sociedade, motoristas que não perderam pontos em suas Carteiras de Habilitação. Cita que o Poder Legislativo de Cachoeiro é muito ativo e transparente em suas ações com relação às melhorias no trânsito e quanto à cidadania de uma forma geral. Lembra que, quando esteve à frente da 2ª Ciretran de Cachoeiro, o então prefeito Roberto Valadão fazia contato para realizarem trabalhos de conscientização no Município, o que era estendido à cidade de Marataízes. Parabeniza os secretários de Trânsito e de Defesa Social pela realização do evento e também à Câmara Municipal, que pôde dar sua colaboração. Segue registrando sua vontade de ver esse tipo de evento acontecer muitas vezes, diante da carência de boas campanhas para a conscientização dos munícipes e dos eleitores que escolheram os atuais edis para representá-los. Encerra ressaltando que o Poder Legislativo não pode ser o principal ator, porque são necessários investimentos e esta Casa não dispõe de recursos para isso, cabendo aos Executivos Municipal e Estadual realizar tais campanhas de conscientização. / Em seguida, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que ocuparam a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Rodrigo Pereira Costa:** — Começa dizendo que encaminhou uma indicação ao secretário municipal de Saúde, solicitando que retornem os atendimentos às comunidades de Safra, Retiro, Tijuca e São João da Lancha, tendo em vista a grande dificuldade de acesso dos moradores de lá às unidades de saúde. Salienta que os moradores dessas localidades precisam pegar ônibus para marcar a consulta e também para voltar no dia marcado, gastando quatro passagens, o que é difícil diante da crise econômica que o país vive. Comenta que conversou com o Secretário Fassarella, pois, a princípio, havia a intenção de que fossem realizadas visitas domiciliares, o que seria importante até por ser algo que consta do Programa Saúde da Família. Salienta que existem entraves para esse programa, inclusive a falta de transporte para atender a todas as unidades de saúde de Cachoeiro. Relata ter dito ao secretário que, quando o profissional vai até as comunidades atender os pacientes, são consultados trinta, quarenta de uma vez, enquanto que a visita domiciliar demora mais, por requerer a ida de casa em casa. Comenta que a estratégia foi mudada e que isso não deu certo, basta ver a reclamação por parte das pessoas quanto a estarem desassistidas. Analisa que a tão discutida regionalização da saúde não será a solução por demandar equipamento e material disponível de maneira a se ofertar um atendimento de qualidade, e essa não é a realidade do Município. Registra ter conversado com uma amiga moradora da Safra, ouvindo da mesma o testemunho das dificuldades enfrentadas para ser atendida na unidade de saúde, porque ainda não foi feita a mudança da rede elétrica do nome de Itapemirim para o de Cachoeiro. Destaca

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – E-mail: cmci@cmci.es.gov.br

que foi realizado um congresso estadual para debater sobre a judicialização da saúde, sendo levantados os seguintes números: em 2011 – duas mil quatrocentos cinquenta e três demandas, gerando o gasto de 12,3 milhões de reais; em 2014 – mais de quatro mil demandas, sendo gasto um valor superior a 48,3 milhões de reais; em 2015 – até agosto, quase quatro mil demandas, cujo valor chegou a 37,4 milhões de reais. Explica que isso ocorre devido à falta de financiamento e de gestão no setor de saúde em todo o Brasil, principalmente no Espírito Santo. Frisa que, hoje, os médicos e os funcionários da área de saúde do Estado e do Município incentivam os pacientes a procurarem a Justiça para conseguirem procedimentos como consultas, cirurgias e medicamentos, que são os mais solicitados nos processos judiciais. Ressalta que alunos da UFES fizeram um estudo para saber o porquê de as pessoas procurarem tanto a Justiça para conseguirem tais procedimentos e diz que isso onera e atrapalha o orçamento feito pelo Estado e pelo Município. Informa que a pesquisa identificou que está faltando mais diálogo entre o Poder Judiciário e a Defensoria Pública com os gestores e, principalmente, com a sociedade. Comenta que, se não houver parceria entres esses setores, a tendência é que essa situação piore cada vez mais, porque não há solução financeira para o setor de saúde. / **Aparteando Elias de Souza:** — Diz que o Vereador Rodrigo está coberto de razão e que o setor de saúde está no CTI há muito tempo. Destaca que o prefeito lhe disse que quase todos os dias recebe notificações judiciais, determinando que prefeitura banque a internação de pessoas na Clínica Santa Isabel e que chegará um momento em que o Município não terá condições orçamentárias para arcar com esse tipo de situação. Alega não saber em que o juiz se baseia para determinar esse tipo de internação, já que essa responsabilidade também deveria ser do Estado. Enfatiza que está na hora de o Vereador Rodrigo, como presidente da Comissão de Saúde da Câmara, chamar as partes interessadas, como os representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Defensoria Pública, do Município e do Estado, para que seja buscada uma solução. Pontua que há muito tempo ouve dizer que basta procurar a Justiça que as coisas se resolvem para quem precisa de algum procedimento na área de saúde. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Ressalta que, hoje, a Justiça não tem um critério de avaliação nem investiga se as solicitações de procedimentos médicos são realmente necessárias. Frisa que a Justiça atende aos pedidos e envia as demandas para o Município e o Estado, o que dificulta a manutenção do orçamento previsto pelos gestores. Lembra que as ordens judiciais devem ser cumpridas, pois, do contrário, os gestores podem ser até presos. Acentua que as pessoas com maior conhecimento acabam tendo mais vantagem do que aquelas que não têm, configurando-se numa injustiça. Adianta que a Comissão de Saúde vai debater esse assunto com as partes envolvidas e buscar um caminho melhor. Registra a ocorrência de um aumento diário no número de ordens judiciais na mesa do Secretário Fassarella e analisa que isso acaba atrapalhando a gestão do mesmo, porque precisa responder a essas notificações, diante do risco de ir até para a prisão. Encerra reclamando que o Ministério Público falha por não participar das discussões sobre a saúde que ocorrem nesta Casa e diz não saber se essa atitude é por falta de respeito para com os vereadores ou se os debates não são interessantes. / **Wilson Dillem dos Santos, levantando questão de ordem:** — Saúda a presença da ex-servidora Jaqueline, destacando que a mesma prestou relevantes serviços a esta Casa de Leis. / **Delandi Pereira Macedo:** — Inicia parabenizando o Hospital Evangélico pela realização da Semana de Doação

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – E-mail: cmci@cmci.es.gov.br

e de Transplante de Órgãos, o que pode salvar muitas vidas. Lembra que 21/09 é o Dia da Rádio, da Árvore e o de Luta das Pessoas com Deficiência. Agradece aos vereadores por terem aprovado o projeto, de sua autoria, que dá aos deficientes físicos e idosos gratuidade nas duas primeiras horas de estacionamento. Registra que anunciou a aprovação desse projeto no Facebook, já que, muitas vezes, as pessoas vão para as redes sociais malhar o Poder Legislativo e dizer que vereador não faz nada. Lembra que fez convite ao diretor do Procon para vir a esta Casa explicar sobre o trabalho de fiscalização que está sendo feito nos bancos quanto à lei que obriga essas instituições a darem prioridade no atendimento aos idosos e deficientes. Comenta que parece estar ocorrendo um descontrole nesse tipo de atendimento, pois está sendo dada prioridade aos idosos em detrimento dos demais usuários. Destaca que o Vereador Jonas também falou sobre essa situação e alerta que há dúvidas quanto a se o banco deve reservar caixas específicos para atender os idosos e deficientes ou se eles têm a prioridade em todos os caixas. Salienta que também deseja saber se está sendo fiscalizado o tempo máximo de vinte minutos de espera para atendimento nas agências bancárias do Município. Esclarece que não quer legislar contra a prioridade que é dada aos idosos e deficientes, o que está previsto em seus estatutos, no entanto, é preciso preservar o trabalho prestado pelos bancos ao restante da população. Cita que o banco deve atender, em tempo hábil, as pessoas que procuram os serviços das agências. / **Aparteando Elias de Souza:** — Parabeniza a iniciativa do Vereador Delandi, já que esse é um assunto de relevância. A título de esclarecimento, diz que o colega tem sido repetitivo na tribuna em relação a convite e convocação e assume o compromisso de trazer a esta Casa o coordenador do Procon na próxima sessão. Questiona se o Vereador Delandi fez uma convocação ou um convite ao coordenador. / **Delandi Pereira Macedo:** — Responde que foi um convite. Esclarece que está falando novamente sobre o assunto aqui, porque não teve nenhuma sinalização de resposta. Lembra que, se fosse convocação, o representante do Procon já teria sido obrigado a vir a esta Casa. / **Aparteando Elias de Souza:** — Diz que o coordenador será convidado a estar na Câmara na próxima terça-feira e, se não vier, será convocado. / **Delandi Pereira Macedo:** — Manifesta gratidão para com o Vereador Elias, frisando que essa é a segunda sessão depois da votação do convite e o assunto pode perder o valor sem que seja discutido. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Comenta que foi informado que a Caixa Econômica será adequada, com o aumento do número de caixas, porque, hoje, existe a senha para o idoso, o deficiente e para das demais pessoas. Conta que esteve naquele banco e observou que o atendimento prestado foi rápido. / **Delandi Pereira Macedo:** — Registra que, quando esteve na Caixa Econômica, contatou que o atendimento foi bastante ágil. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Fala sobre as propagandas enganosas feitas na TV com relação à venda de carros com taxa zero e em várias prestações, chamando a atenção para o fato de não se ver o valor pedido de entrada, que é mostrado em letras minúsculas, e pode chegar a 50% do preço do veículo. Alerta que esse tipo de situação também deve ser fiscalizada pelo Procon, prática essa a qual afirma já ter denunciado. / **Aparteando Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Diz que esteve em um banco e esperou trinta e seis minutos na fila para ser atendido e comenta que para receber a senha autenticada é preciso pedir ao caixa antes do término do atendimento. Explica que fez um projeto, obrigando o banco a entregar a senha autenticada. Segue registrando ter encontrado com o Rogério, do Procon, o

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – E-mail: cmci@cmci.es.gov.br

qual, já tendo tomado conhecimento do convite, disse que se prepararia para vir à Câmara. Lembra que saiu matéria nos jornais quanto à alteração da lei sobre as filas nos bancos e que alguns amigos, gerentes e advogados de agências bancárias apontaram ser necessário também ver a situação das filas dos hospitais, dos consultórios médicos e da Justiça. Cita que explicou a esses amigos que, agora, o foco são os bancos e que os vereadores vão tentar também resolver outras questões que forem da alçada da Câmara. Diz que, conforme comentou o Vereador Amaral, os bancos devem se adequar para disponibilizarem mais caixas nos dias e nos horários em que for necessário. Frisa que o idoso deve ser atendido prioritariamente, de acordo com a lei federal, mas, como disse o coordenador do Procon, o cidadão comum também precisa ser atendido dentro do prazo de vinte minutos em dias normais ou de trinta minutos em véspera de feriado e em dias de pagamento de funcionalismo. / **Aparteando Alexandre Bastos Rodrigues:** — Comenta sobre a necessidade de as pessoas comprovarem sua idade nas lotéricas e bancos, porque há aquelas que entram na fila preferencial sem serem idosas, sendo atendidas sem nenhum problema. Diz que solicitou a sua assessoria que faça uma pesquisa para saber se existe ou não lei nesse sentido. / **Delandi Pereira Macedo:** — Discorre sobre a audiência pública realizada na Câmara, na última quarta-feira, para tratar de alguns projetos, entre eles o que muda os critérios da lei ambiental de Cachoeiro. Agradece aos vereadores que participaram da citada audiência e diz que a realização da mesma foi solicitada pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Registra que, com os debates ocorridos na audiência, ficou comprovado que havia elementos a serem adequados no projeto apresentado, para que, depois, não houvesse dificuldades de a lei ser colocada em prática. Enfatiza que toda lei deve ter aplicabilidade e que o projeto que veio para a Casa não está de acordo com a legislação federal. Registra que o projeto propunha dar autonomia ao Executivo para fazer as alterações que achasse viável dentro do escopo da lei, através de decreto, sendo necessário mudar o rumo dessa proposta. Relata que foi sugerida a retirada do projeto e a feitura de um novo, com as devidas alterações, para ser encaminhado novamente à Câmara e aprovado pelos vereadores. / **Aparteando David Alberto Lóss (Presidente em exercício):** — Diz que é preciso fazer uma audiência pública com o Poder Executivo. / **Delandi Pereira Macedo:** — Ressalta que essa foi a proposta feita. Fala sobre a importância de esta Casa fazer um filtro, acrescentando que é papel do vereador olhar os projetos encaminhados para a Câmara e fazer as alterações necessárias até que seja construída uma lei aplicável no Município. / **Aparteando David Alberto Lóss (Presidente em exercício):** — Destaca que na audiência pública os próprios autores do projeto reconheceram que era preciso fazer alguns ajustes. / **Delandi Pereira Macedo:** — Agradece os apartes feitos pelos vereadores. / **José Carlos Amaral, levantando questão de ordem:** — Alerta o diretor administrativo que é preciso confeccionar o quadro dos vereadores desta legislatura. / **Lucas Moulais:** — Começa falando sobre o descaso do Secretário Municipal de Limpeza Urbana, o Romário, lembrando que ele antes sempre respeitava o povo de Soturno e de Gironda. Diz que a Ângela, sua assessora, ligou nove vezes para o citado secretário hoje e que o mesmo não atendeu as ligações, e há cinco dias o Romário conversou abobrinha com o Abílio, seu outro assessor. Registra que quer conversar com esse secretário olho no olho e quando alguém bater na porta da sua casa, reclamando de alguma coisa, mandará para a pasta de Limpeza Pública. Frisa que esse secretário é um covarde e que

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – E-mail: cmci@cmci.es.gov.br

ele não está seguindo a meta do PV, e sim de um partido vingativo com a população. Esclarece que não está aqui para falar "sim, senhor" para ninguém e que o povo merece ter uma resposta, razão pela qual pretende colocar as pessoas contra esse secretário. Ressalta que sempre falou aqui sobre a importância de saber usar as redes sociais e que fica quieto quando falam da sua pessoa, porque o calado vence, só que não pode fazer isso por toda a vida, principalmente diante dos fatos sobre os quais está comentando. Lembra que alguém lhe disse que iria conversar com o secretário, mas essa pessoa lavou as mãos e ele, Vereador Lucas, poderia dizer aqui o que quisesse. Deixa claro que falará muito mais, caso o secretário não dê retorno ao povo de Soturno e de Gironda cujas ruas estão cheias de lixo. Recorda que, na época do ex-secretário Moulon, havia oito funcionários de capina e limpeza em Soturno e que, agora, iam colocar oito nos Distritos de Soturno e Gironda, número esse que caiu para seis, depois, para quatro e foram colocados apenas dois. Frisa que cabe ao secretário administrar isso, enquanto que ele, Lucas, está aqui para fiscalizar. Declara que não vai tomar conta de funcionário da prefeitura e que não quer ninguém na sua porta reclamando todos os dias sobre a sujeira. Adianta que conversará com o presidente do PV e falará sobre várias situações que estão ocorrendo com os secretários da sigla. Relata que sempre elogiou o Josias, mas esse secretário vem tendo conversa atravessada, pois alega que não há combustível para os veículos e joga toda a culpa em cima do prefeito. Cita que o prefeito não tem nada a ver com isso e que Casteglione está certo ao tomar algumas medidas para fazer economia, faltando apenas abrir os olhos quanto aos seus secretários. Denuncia que um ônibus ou uma Van saiu de Cachoeiro para passear em Campos e repete que não está aqui para dizer "sim, senhor" apenas por ser da bancada do prefeito. Salienta que é da bancada do prefeito, mas é também aliado do povo que mais sofre com esse gasto de dinheiro, quando o tempo é para economizar. Comenta que os secretários são pessoas da confiança do prefeito e destaca ter enviado um e-mail para o Secretário Josias, no dia 08/09, pedindo dois ônibus para trazer alunos de Soturno que assistiriam uma palestra no Circo da Cultura, mas só recebeu a resposta negativa na última quinta-feira. Reclama que a referida palestra foi ontem, segunda-feira, e que o Secretário Josias, após informar que havia ônibus disponível, faltando apenas solicitar a liberação de combustível à secretária de Educação, depois, quando isso foi providenciado, disse que não havia mais o veículo. Relata que conseguiu ônibus com a Viação Flecha Branca para o transporte das crianças e, depois disso, veio o Secretário Josias dizer que o veículo da prefeitura estava liberado. Se não havia ônibus, questiona como o secretário conseguiu liberar e diz que isso é devido à maldade e à questão política. Comenta que vai provar que os três secretários do PV estão de "aranhagem" com o povo e que, apesar de respeitá-los, não os teme. Registra que não está falando sobre o prefeito, e sim sobre três secretários, sendo que um deles é irresponsável, mas os outros dois ainda têm conserto. Informa ao Vereador Delandi que, finalmente, foi feita a licitação e os buracos das ruas de Soturno e de Gironda serão tapados, além de serem feitos os quebra-molas, na semana que vem. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Salienta que está aguardando que o Secretário Josias esclareça se já encontraram aquela Toyota que teria sido roubada, porque o funcionário, em vez de levá-la para o lugar certo, levou-a para a casa dele, inclusive diz que gostaria de ver o registro da ocorrência desse caso na polícia. / **Lucas Moulais:** — Diz desconhecer esse fato, mas afirma que pode provar o

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – E-mail: cmci@cmci.es.gov.br

desvio de veículos da prefeitura para Campos. Segue dizendo que parou de discutir com o Neném Cadável por achar que poderia enfartar e, se isso ocorrer hoje, não se pode condenar o citado secretário, que está lhe tratando bem. Pontua que o seu assessor Abílio deve abrir os olhos com o Neném Cadável, porque o secretário é muito esperto. Informa que a obra de asfaltamento de Canto Feliz ficou muito boa, mas lamenta o fato de haver empreiteiro que gosta de fazer média com o prefeito, o vereador e o secretário. Finaliza dizendo que está satisfeito com as obras feitas em Soturno e Gironda, só não está com a limpeza das ruas e com os buracos nos distritos. / **David Alberto Lóss:** — Inicia discorrendo sobre os seguintes projetos que serão discutidos na audiência pública que ocorrerá amanhã, às 18:00 horas, no plenário da Câmara Municipal: cria o Plano Rodoviário Municipal Rural e disciplina as características nas vias, nomenclatura, vias vicinais etc.; dispõe sobre memorial descritivo das divisas das localizadas distritais no Município de Cachoeiro de Itapemirim, bem como suas poligonais; denomina nova estrutura limite memorial descritivo e croquis dos bairros da área urbana do Distrito de Conduru; altera a redação do anexo que define os limites interdistritais do Município de Cachoeiro de Itapemirim e cria a zona urbana do Distrito da Gruta. Informa que todos esses projetos têm o parecer da procuradoria da Casa e que a Câmara está cumprindo o seu papel, realizando a audiência pública para consultar a população. Ressalta que as propostas feitas na audiência pública poderão ser objeto de alterações no projeto encaminhado pelo Poder Executivo. Por fim, parabeniza o Paulo Bento pela solenidade realizada em comemoração à Semana do Trânsito, que contou com a presença das mais variadas instituições ligadas ao setor, ocasião em que foram entregues diplomas para motoristas que cumprem a lei. / **José Carlos Amaral:** — Começa avisando que não poderá vir à audiência pública e pede aos colegas que o representem. Destaca que está trabalhando um plano de governo com amigos, pois não permitirá que façam no Democratas o que fizeram no passado, quando o partido teve de engolir o Glauber como candidato a prefeito de Cachoeiro. Afirma que, se o seu partido tentar fazer a mesma manobra que os caciques fazem em outras siglas, disponibilizará o seu nome na convenção para candidatura a prefeito de Cachoeiro e dará trabalho, principalmente nos debates. Comenta que lhe falta dinheiro para fazer campanha na TV, mas tem coragem e sapato para andar e diz que seus amigos não vão deixá-lo passar vergonha quanto à votação. Avalia que o próximo prefeito de Cachoeiro deve ser humilde na campanha e, depois de eleito, não mudar de atitude. Diz que será o tipo de prefeito que andará pelas ruas de Cachoeiro a pé, abrirá as portas da prefeitura para o povo tomar café com ele, dividirá Cachoeiro em setores para atender a todos e também aos distritos e fará com que os secretários cumpram o que trataram. Observa que a base aliada do prefeito não consegue nada na prefeitura, já que os colegas vereadores têm reclamado muito na Câmara. Informa que, no seu plano de governo, se os vereadores não procurarem o prefeito, o chefe do Executivo virá à Câmara conversar com os edis pelo menos de trinta e trinta dias para saber quais são os seus anseios e os das comunidades, a fim de tentar atendê-los. Adianta que, caso se eleja prefeito, ai do secretário que fizer algo semelhante ao que foi feito com o Vereador Lucas Moulais, pois será demitido na hora. Justifica essa postura, destacando que é preciso entender que são os vereadores que aprovam no orçamento as verbas necessárias à atuação de todas as secretarias e, mesmo assim, é comum que, quando eles batem na porta de alguns secretários, esses mandam dizer que não

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – E-mail: cmci@cmci.es.gov.br

estão. Ressalta que é preciso mudar esse tipo de mentalidade, já que muitas vezes uma boa palavra transmitida ao vereador e levada até a comunidade vale mais do que uma obra, pois a verdade bem dita é melhor acolhida do que a mentira, quando dizem que vão fazer a coisa e não a fazem. Frisa que espera e confia que o seu partido apresentará um candidato, pois está disposto a colocar o seu pescoço na forca em defesa do Município de Cachoeiro de Itapemirim e que já está trabalhando nesse sentido, embora ninguém acredite nisso. Lembra de um líder de certo país que andava pelas ruas num Fusquinha e tem todo o carinho do povo e adianta que com ele pode ser a mesma coisa, já que sente que a população gosta da atuação do velho Amaral. Alerta que a primeira coisa que constará de seu esboço de governo é que não aceitará desenhista como secretário de Saúde, optando por alguém da área, ou seja, por um médico, e que no setor de educação a primeira opção de convite será dirigida ao Vereador e professor David. / **Aparteando Rodrigo Pereira Costa:** — Ressalta que a Secretaria de Saúde pode ser ocupada por um médico ou por um enfermeiro. / **José Carlos Amaral:** — Responde que o secretário será um médico e que o subsecretário pode ser enfermeiro por uma questão de hierarquia. Frisa que o prefeito bem intencionado consegue sim um bom médico para atuar nessa secretaria. Anuncia que também diminuirá metade das secretarias e criará departamentos, sendo parte do seu projeto a criação de uma pasta específica para os idosos e para a juventude. Manifesta a sua decisão de acabar com aquelas secretarias cujos secretários não fazem nada e, quando o fazem, é para atrapalhar o prefeito. / **Aparteando Rodrigo Pereira Costa:** — Pergunta como será quanto ao esporte. / **José Carlos Amaral:** — Responde que isso é algo para se pensar e que não é seu desejo antecipar os fatos. Afirma que acabará também com essa história de tratamento nas secretarias que não seja igualitário e cita como exemplo a questão das consultas médicas que são abocanhadas apenas por um. / **Aparteando Rodrigo Pereira Costa:** — Indaga como será quanto ao interior. / **José Carlos Amaral:** — Ironiza dizendo que é seu plano dar uma carroça a cada vereador para que colaborem, já que, quando assumir, certamente encontrará as estradas sem nenhuma condição de trânsito. Cita que o povo do interior o conhece muito bem e sabe que ele trabalhou por aquelas regiões, época em que não havia sequer reclamação de vereadores, a não ser quanto à poeira nas estradas, mas nunca por buracos. Analisa que o dia em que o prefeito acabar com essa história de dar cargos e resolver puxar o vereador para o seu lado, com vistas a ajudá-lo nas iniciativas, Cachoeiro crescerá. Convida os colegas a imaginarem como seria uma administração em que o prefeito pegasse cinco vereadores e fosse com eles olhar a situação de suas comunidades. Conclui que, assim, o chefe do Poder Executivo conseguiria agradar a todos e ainda fazer uma administração muito melhor, contando com o apoio irrestrito da Câmara, certamente sem ter sequer o Amaral como oposição. Pontua que está faltando diálogo com as comunidades e com os vereadores e que, depois de eleito, não se pode ter medo do povo, e sim se deve ir ao encontro dele, mesmo sabendo do risco de apanhar. Segue discorrendo sobre uma experiência vivida com Ferraço quanto a uma eleitora dele da Sambra que, a princípio, praticamente quis bater nele, mas que, no retorno do Benjamim Zampirolli, ele, Ferraço, teve coragem de voltar até à casa dela e pedir que lhe fizesse um café e um bolo, tendo sido tratado, então, com todo o carinho e ela ainda colocou na sua casa a placa dele como candidato a prefeito. Esclarece que a ira da mulher foi porque o Alício Franco, que era subordinado do prefeito, não atendeu a uma simples

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – E-mail: cmci@cmci.es.gov.br

reivindicação que ela havia feito. Frisa que, montando uma boa equipe, haverá tempo para tudo, desde que o prefeito queira trabalhar e somar com os vereadores em defesa do Município, porque são eles que direcionam os pontos críticos, através de seus ofícios e de suas reivindicações, e que está faltando alguém para catalogar tudo isso, levantar onde o povo está reclamando mais e mandar atender. Finaliza dizendo que trará umas chupetas para a Câmara, porque é triste ver aqueles colegas que apoiam o governo chorarem tanto. / **Elias de Souza:** — Diz ter ouvido atentamente o discurso do Vereador Amaral e que estranhou quando o mesmo disse que o prefeito tem que andar a pé. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Cita que suas palavras foram que o prefeito tem que andar pelas ruas, em contato com o povo. / **Elias de Souza:** — Lembra que o Vereador Amaral afirmou ter aprendido com o ex-prefeito Ferraço. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Nega, destacando que deixou bem claro que o seu desejo é fazer uma inovação em Cachoeiro nesse sentido. / **Elias de Souza:** — Recorda que o ex-prefeito Ferraço andava com segurança, composta por dez homens armados até os dentes para que ninguém chegasse perto dele. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Solicita ao Vereador Elias que não apele e lembra que essa foi a razão de ele, Amaral, ter se tornado dissidente do grupo, tendo inclusive manifestado o seu desejo de que haja nele uma nova mentalidade. / **Elias de Souza:** — Repete que o Vereador Amaral não pode ter aprendido com o ex-prefeito e, se aprendeu, deve ter sido com o Casteglione, que é quem anda pelas ruas, faz caminhadas e vai à igreja. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Debocha dizendo que o prefeito vai também ao Bairro Zumbi, no Amarildo. / **Elias de Souza:** — Responde que o Amaral diz isso e está seguindo rigorosamente o que Carlos Casteglione faz em Cachoeiro. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Contesta dizendo que infeliz do candidato a prefeito que se basear no comportamento de outros, pois é preciso se ancorar no dia a dia. / **Elias de Souza:** — Repete que o Prefeito Casteglione não anda com segurança, respeita o povo e é democrático, aceitando as divergências. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Ironiza dizendo que o prefeito respeita tanto o povo que processou uma menina por ter declarado na internet a posição dela. / **Elias de Souza:** — Ressalta que, com todo o respeito, democracia é democracia. Segue discorrendo sobre a vinda do Dr. Francisco a esta Casa, lembrando que o Vereador David costuma alertar quanto à importância de se esperar a decisão da justiça, sendo exatamente para isso que estavam atentando, mesmo diante da existência de uma condenação sem exigência de afastamento. Cita que agora veio se confirmar que estava certa a posição daqueles que foram contrários ao afastamento do prefeito, já que o chefe do Poder Executivo não havia sofrido nenhuma investigação. Conta que só havia o depoimento de dois policiais, atestando a existência de uma conversa telefônica alcançada envolvendo o ex-proprietário da Empresa Impacto, Sr. Aldo Prudêncio, mas não por grampo autorizado pela justiça. Assim, aconselha que essa página seja virada, considerando que, apesar de dizer que a justiça costuma ser injusta, até o presente momento, a mesma está a favor do chefe do Poder Executivo Municipal. Prossegue pedindo a atenção dos colegas vereadores no que se refere ao projeto do REFIM, destacando tratar-se de uma proposta importante para Cachoeiro, a qual já recebeu parecer favorável da Comissão de Justiça. Pede que a votação se dê o mais rápido possível, salientando que o projeto vai ao encontro do que é necessário para o momento, trazendo paz e tranquilidade a muitas pessoas que estão com vários processos na justiça, inclusive com

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – E-mail: cmci@cmci.es.gov.br

condenação. Enfatiza que muitos não conseguem entender que o prefeito precisa entrar com esse tipo de processo, que leva à penhora de bens e que, se não o fizer, incorrerá em improbidade administrativa. Ressalta que, a não ser na semana anterior, não se deu aqui nenhuma fala a respeito dos cortes que o prefeito realizou na prefeitura diante da situação difícil que atravessam o Município, o Estado e o País, sendo atingida até esta Casa. Discorre sobre os cortes e acrescenta que o prefeito está preparando um relatório minucioso sobre as secretarias e tudo leva a crer que haverá mais cortes nessas pastas, assim como demissões, ou seja, será cortado na própria carne, como exige este momento de dificuldade. Diz esperar que tais demissões não atinjam serviços essenciais, mas considera que as mesmas são imprescindíveis neste momento, quando o problema existe e não se pode tapar o sol com a peneira. Atesta que o limite prudencial já foi ultrapassado e que espera ver o programa de recuperação fiscal trazer um pouco mais de tranquilidade para Cachoeiro, ajudando as finanças do Município, proposta essa que deve ser votada até a próxima terça-feira. Declara que é preciso haver oposição quanto aos debates, ao contrário do que disse aqui o Vereador Amaral, e que, se for necessário, conforme já antecipou o companheiro David, devem ser feitas emendas para melhorar a matéria, pois não é por ser oriunda do Poder Executivo que ela está perfeita. Parabeniza a Câmara por estar fazendo um trabalho brilhante, melhorando muitos projetos do Poder Executivo. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Explica que o REFIM tira 100% de multas e juros e permite que as pessoas paguem suas dívidas. Lembra que de cinco em cinco anos o prefeito tem que mandar uma enxurrada de execuções para o fórum, chegando ao número 12 mil, 15 mil. Frisa que a Câmara aprovou um valor mínimo que se pode executar, na faixa de um pouco mais de 1 mil e 300 reais, com a retirada de juros e multas. Analisa que não viu nada na proposta que seja nocivo ao contribuinte e que a prefeitura arrecadará, mas o inadimplente passará a ser adimplente, regularizando a sua vida. / **Aparteando Wilson Dillem dos Santos:** — Lembra que não só a prefeitura como também o Estado vêm se posicionando com essas propostas que atendem aos interesses da administração e do contribuinte. Acrescenta que isso não se limita ao poder público, já que principalmente os bancos abrem as portas aos endividados para parcelarem seus débitos com desconto, com vistas a retirá-los da inadimplência. Considera como louvável aprovarem a proposta o mais rápido possível. / **Elias de Souza:** — Informa que o SERASA faz isso a todo o momento e que essa proposta é favorável ao contribuinte. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Conta que, quando o Renê ainda era vivo, ele, Amaral, sempre avalizava as coisas para os amigos, a exemplo do Zequinha. Frisa que, na ocasião, assinou para o Joel Pinto e a dívida acabou indo para a justiça; aí, quando a coisa veio para cima dele, depositou a sua parte do aval, sendo-lhe posteriormente exigido que pagasse a parte dos outros num montante violento. Diz que, de uma dívida de 83 mil reais, quando buscou a Caixa para o acordo, o valor caiu para 5 mil, 6 mil reais, o que lhe possibilitou acabar com a história. Contudo, anuncia que, na hora da votação do REFIM, vai se retirar do plenário, porque bateu o pé lá atrás, deixando claro que não pagaria IPTU enquanto o Casteglione fosse prefeito. Diz que a sua justificativa para isso foi o aparecimento de três cobranças de IPTU referentes às casas 47 e 27, que não são de sua propriedade, pois a sua residência é a de número 22. Explica que foi procurado por um oficial de justiça querendo receber dele o IPTU de uma casa que não lhe pertencia e que, mesmo tendo procurado o então

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – E-mail: cmci@cmci.es.gov.br

secretário Lúcio Berilli, mostrando que a residência era de Sebastião Escarpini, seus bens foram penhorados, razão pela qual está recorrendo na justiça. Agora, informa que procurou o Maurício e está tentando solucionar esse problema e que, por conta desse fato, retirou a sua firma daqui levando-a para Marataízes por ter sentido que se tratava de um ato de perseguição e de incompetência. Registra que um Fiesta branco de sua propriedade está penhorado por uma dívida que não é sua e que esse projeto pode servir para acertar não só o seu caso como também o de muita gente que está enfrentando problema. Segue discorrendo sobre a história de Sebastião Peixoto, o Fuscão, em relação ao qual erraram o código de barras do carnê de IPTU, ele pagou e o valor acabou sendo atribuído ao de uma granja, mas o Lúcio Berilli conseguiu resolver, embora o contribuinte tenha ficado enrolado um bom tempo, negando-se também a pagar o imposto novamente. Diz que esse tipo de coisa errada aconteceu nos governos de Ferraço, de Valadão e de todo mundo e que o REFIM colaborará com as donas de casa sofridas que tiveram seus bens penhorados. Finaliza dizendo-se quase convencido a pagar o IPTU de uma de suas casas que está vencido e classificando como boa toda iniciativa que venha ajudar o povo a saldar suas dívidas. / **Elias de Souza:** — Analisa que o Vereador Amaral está se apegando a questões pessoais, dizendo que não paga o IPTU por conta dessa ou daquela atitude do Casteglione, mas que o problema não é o prefeito, e sim dos erros por parte de servidores, falhas na redação de documentos. Conclui que não é por tudo que se pode ficar querendo penalizar o prefeito. Registra que, na semana que vem, trará um problema sério para discutir na tribuna, do qual, de repente, o ex-prefeito também não tenha culpa de algo que levou a prefeitura a ser notificada a pagar 10 milhões de reais. Esclarece que isso se deu porque o ex-prefeito, de 1998 a 2002, deixou de recolher recursos à Receita Federal. Diz que não é por isso que se deve condenar o ex-prefeito Ferraço, deixando de votar nisso ou naquilo, e cita como exemplo um fato narrado pelo próprio Amaral, que já deixou claro ter tirado uma criança da rua, criando-a e, depois, viu que ela escolheu um caminho adverso do que lhe havia sido ensinado. Assim, reflete que, da mesma forma, os prefeitos, se soubessem de tudo o que acontece de irregular no seu governo, poderiam resolver as questões. Pontua que é preciso ter o coração aberto, despojado de qualquer mágoa para votar "sim" ao que for bom para Cachoeiro, decidindo até mesmo pagar o IPTU, pois não está ajudando só o prefeito, e sim a cidade toda, que receberá obras de qualidade. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Frisa que, quando constatou o fato citado pelo Vereador Elias, expulsou o menino de casa, mandando-o voltar para onde veio. / **Elias de Souza:** — Encerra o seu pronunciamento, dizendo que usou esse exemplo para mostrar que muitas vezes não se tem conhecimento daquilo que acontece nem na própria casa. / A seguir, teve início o **Horário das Lideranças. / Brás Zagotto (Solidariedade):** — Registra que, ontem, ocorreu mais uma reunião do seu partido no Sul do Estado do Espírito Santo, com as presenças do Deputado Federal Carlos Manato e do Capitão Assumpção, provável candidato a prefeito de Vitória, de Cariacica ou da Serra. Salienta que aproveitaram para prestigiar a posse do Vermelho na Câmara Municipal de Castelo e conseguiram algumas filiações naquele Município, como a do radialista César Nemer. Agradece ao Manato pelo apoio que vem dando à Região Sul e lembra que evento semelhante foi realizado em Jerônimo Monteiro, ocasião em que a pré-candidata Eloisa conseguiu a presença de trezentas pessoas e o Vermelho levou duzentas. Cita que o próximo passo será em

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – E-mail: cmci@cmci.es.gov.br

Muqui para a eleição da executiva e que em outubro será a vez de Cachoeiro, quando o seu nome será confirmado para a executiva permanente do Solidariedade. Segue informando que foi tratada a questão da reforma política, destacando que o prazo para a filiação partidária vai valer para seis meses e que os vereadores interessados em mudar de partido deverão aproveitar a janela que será aberta em março, indo até o início de abril. Enfatiza que ainda não se sabe se a Presidente Dilma sancionará tudo o que foi aprovado pela Câmara, mas, como o Deputado Manato e o Presidente Paulinho estão lá dentro, deixam os membros do partido informados sobre como serão as eleições de 2016 para prefeito e vereador. Comenta que está procedendo as filiações em Cachoeiro e que há vinte pré-candidatos, sendo que a aceitação do seu nome como presidente do Solidariedade tem sido muito boa. Anuncia que o partido terá o Solidariedade Jovem, através do Douglas, para que a juventude possa concorrer às eleições, renovando, assim, o quadro político. Finaliza colocando o partido à disposição para receber aqueles que desejam concorrer as próximas eleições. / **José Carlos Amaral (DEM):** — Faz um alerta aos colegas vereadores que desejam ser candidatos, lembrando que muitos dizem que serão seis meses antes da eleição e mais um prazo para mudar de partido, mas, embora o projeto tenha sido aprovado, ainda não foi sancionado. Frisa que, em caso de veto, com a pauta do Congresso Nacional trancada, esse prazo pode permanecer como o dia 02/10. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Informa que a pauta do Congresso Nacional está livre, caso a presidente da República vete. / **José Carlos Amaral:** — Por fim, registra que há quarenta e dois vetos na Câmara para serem votados hoje, mas que estão tentando prorrogar o prazo para essa votação, sendo preciso tomar cuidado. / Passamos à **Ordem do Dia.** / **José Carlos Amaral levantando questão de ordem:** — Solicita ao presidente que as matérias sejam apreciadas em bloco. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acata o pedido. / Finalizando, **foram aprovadas,** em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: Enviando Votos de Congratulação:** 1527, 1528, 1529, 1530, 1531, 1532, 1533, 1534, 1535, 1536, 1558, 1559, 1560, 1561, 1562, 1563, 1570, 1571, 1572, 1573, 1574, 1575, 1576, 1577, 1578, 1579, 1580, 1581, 1582, 1583, 1584, 1585, 1586, 1587, 1588 e 1589/2015 – Delandi Pereira Macedo; 1537, 1538, 1539, 1540, 1541, 1542, 1543, 1544, 1545, 1546, 1547, 1548, 1549, 1550, 1551, 1552, 1554, 1556, 1590, 1591 e 1595/2015 – Lucas Moulais; 1553, 1555, 1557, 1569, 1592 e 1593/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 1565, 1566, 1567 e 1596/2015 – Alexandre Valdo Maitan; **1564/2015 – Delandi Pereira Macedo** (Requer cessão das dependências legislativas para o dia 24/09/2015, das 18:30 às 22:00 horas); **1568/2015 – Alexandre Valdo Maitan** (Requer do Prefeito Carlos Roberto Casteglione Dias, através da Secretaria Municipal de Saúde, informações sobre a situação da dengue em Cachoeiro de Itapemirim no corrente ano, com dados referentes ao número de casos notificados e confirmados); **2577/2015 – APAC – Valério Raymundo – Presidente do Conselho Deliberativo** (Requer cessão das dependências legislativas para o dia 14/10/2015, das 18:00 às 22:00 horas.); **Projetos: de Lei: 117/2015 – Brás Zagotto** (Inclui no calendário oficial do Município de Cachoeiro de Itapemirim o Dia Municipal de Conscientização da Fibromialgia, e dá outras providências); **127/2015 – Elias de Souza** (Dispõe sobre a criação do Dia do Assessor Parlamentar no Município de Cachoeiro de Itapemirim); **de Decreto Legislativo:** *concedendo Comenda Cláudio Dias da Silva:* 323/2015 – Alexandre Valdo Maitan, 327/2015

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – E-mail: cmci@cmci.es.gov.br

– Alexandre Andreza Macedo, 329/2015 – Ely Escarpini, 333/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues e 335/2015 – José Carlos Amaral; *concedendo Comenda Glauber da Silva Coelho:* 324/2015 – Carlos Renato Lino, 326/2015 – David Alberto Lóss, 328/2015 – Ely Escarpini e 331/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues; *concedendo Título de Empresário ou Pessoa Amiga da 3ª Idade:* 330/2015 – Ely Escarpini, 332/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues e 334/2015 – David Alberto Lóss. / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião, da qual nós, Ana Rita Sanches Rodrigues Silva e Rosemere Duarte Biazatti, redatoras de atas, lavramos após redigi-la. _____

Rua Barão de Itapemirim, 05 – Centro – CEP: 29300-110 – Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo
PABX: (28) 3526-5622 – FAX: (28) 3521-5753 – E-mail: cmci@cmci.es.gov.br